

~~161702 - SAAAAI ZIKA!~~

~~Incentivar Produções Culturais e Editora Ltda - EPP.
CNPJ/CPF: 09.314.456/0001-09
Processo: 01400202219201677
Cidade: Campinas - SP;
Valor Aprovado: R\$ 914.790,00
Prazo de Captação: 21/11/2016 à 31/12/2016
Resumo do Projeto: Realizar a montagem, produção e circulação da peça teatral infantil "Saaaai Zika!", de autoria e direção de Roberta Melo, com a duração de 45 minutos. Através do projeto serão realizadas 74 (setenta e quatro) apresentações teatrais, inteiramente gratuitas, abertas ao público em geral, em escolas da rede pública e/ou entidades carentes e/ou centros culturais.
161498 - Um Beijo em Franz Kafka
MM e ETF Promoção & Publicidade Ltda
CNPJ/CPF: 09.608.239/0001-13
Processo: 01400200057201632
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R\$ 774.000,00
Prazo de Captação: 21/11/2016 à 31/12/2016
Resumo do Projeto: Fomento cultural via realização de temporada popular de 24 apresentações do espetáculo teatral "Um Beijo para Franz Kafka", em cena texto do premiado autor paulistano Sergio Roveri, em obra inspirada no encontro de Franz Kafka e seu amigo Autor.~~

~~161572 - Vidança 4ª Edição
Polyana Ferreira Cardoso Ribeiro ME
CNPJ/CPF: 18.382.728/0001-90
Processo: 01400201200201611
Cidade: Araxá - MG;
Valor Aprovado: R\$ 309.260,00
Prazo de Captação: 21/11/2016 à 31/12/2016
Resumo do Projeto: O Vidança 4ª edição tem em seu objetivo dar continuidade as ações do projeto Vidança, cujo início das ações deram-se em 2012, tendo sido aplicado até o presente momento. Com duração de 12 meses entre pré-produção e produção, as atividades gratuitas de dança inclusiva, em sua missão, continuará com ações direcionadas a portadores de deficiência visual e crianças carentes (faixa etária entre 03 e 14 anos), contemplando 100 elementos.~~

~~ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18, § 1º)~~

~~160827 - Tereio Guimarães Quiteto - Elementais
Tércio Danilo Souto Guimarães
CNPJ/CPF: 792.693.035-00
Processo: 01400007174201629
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R\$ 350.440,00
Prazo de Captação: 21/11/2016 à 31/12/2016
Resumo do Projeto: O Projeto prevê a gravação do CD instrumental autoral de Tércio Guimarães em formação de Quinteto, bem como a montagem e circulação do show por 08 cidades brasileiras.~~

~~161395 - VI FESTIVAL MESTRES DOS GRAVES~~

~~Marta Maria Lopes de Carvalho
CNPJ/CPF: 384.543.003-68
Processo: 01400021463201631
Cidade: Fortaleza - CE;
Valor Aprovado: R\$ 402.524,76
Prazo de Captação: 21/11/2016 à 31/12/2016
Resumo do Projeto: FESTIVAL MESTRES DOS GRAVES trata-se de um evento de música instrumental que terá sua sexta edição realizada nos dias 19 e 20 em Souza (PB), nos dias 21 e 22 em Juazeiro do Norte (CE) e nos dias 25, 26, 27 e 28 do mês de outubro de 2016 em Fortaleza (CE), nos Centros Culturais Banco do Nordeste, onde reunirá mais de 90 instrumentistas de diferentes regiões do Ceará e do Brasil, numa rica programação com 32 shows, 8 workshops e 1 oficina.~~

ANEXO II

~~ÁREA: 3 MÚSICA EM GERAL (Artigo 26)~~

~~163783 - Acrílico
Baluarte Agência de Projetos Culturais Ltda.
CNPJ/CPF: 07.560.676/0001-89
Processo: 01400217833201633
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R\$ 246.371,60
Prazo de Captação: 21/11/2016 à 31/12/2016
Resumo do Projeto: Acrílico é o novo trabalho da multiartista Nina Becker, uma miscelânea de experiências estéticas, multisensuais e sensoriais transmitida em CD e obra de arte. Nina apresentará 12 obras numa bossa jam session gravada ao vivo com os músicos Pedro Sá, Renato Massa, Rafael Vernet e Alberto Continentino. A concepção visual do projeto será fruto de uma colagem de Nina. Será realizada uma turnê de lançamento com 2 shows em São Paulo e Rio de Janeiro.~~

~~ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 26)~~

~~163257 - Museus Virtuais
Instituto Maratona Cultural
CNPJ/CPF: 16.832.939/0001-52
Processo: 01400213548201643
Cidade: Florianópolis - SC;
Valor Aprovado: R\$ 138.050,00
Prazo de Captação: 21/11/2016 à 31/12/2016
Resumo do Projeto: Museus Virtuais é um projeto que une tecnologia, cultura, arte e educação. Por meio de uma visita guiada à museus do mundo, disponíveis na plataforma livre Google Art Project, um arte educador conduzirá o público em uma viagem imersiva. Serão realizadas voltadas para escolas públicas, abertas para a comunidade e sessões itinerantes.~~

PORTARIA Nº 729, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2016

~~O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 541, de 27 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:~~

~~Art. 1º - Prorrogar o prazo de captação de recursos do(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do Artigo 18 e no Artigo 26 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.~~

~~Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.~~

ODECIR LUIZ PRATA DA COSTA

ANEXO I

~~ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (ART.18)~~

~~15 3812 - Projeto ISADORA
Dramática Produções Artísticas Ltda. - ME
CNPJ/CPF: 08.840.166/0001-28
SP - São Paulo
Período de captação: 15/11/2016 a 31/12/2016
15 3707 - DR. ECO
Associação Cultural Casa da Árvore - ACCA
CNPJ/CPF: 16.594.163/0001-80
PR - Curitiba
Período de captação: 11/11/2016 a 31/12/2016
15 4379 - Girando Arte
D - W - R - SOM E LUZ PRODUÇÕES CULTURAIS LTDA~~

ME

~~CNPJ/CPF: 08.469.718/0001-33~~

~~RS - Bento Gonçalves
Período de captação: 10/11/2016 a 31/12/2016
16 0607 - KINETHYKOS
ASSTECA RODRIGUES ASSESSORIA TECNICA E PLANEJAMENTO LTDA
CNPJ/CPF: 08.045.186/0001-07
SP - São Paulo
Período de captação: 16/11/2016 a 31/12/2016
15 11057 - O PALHAÇO E A BAILARINA
Boea de Cena Produções Culturais Ltda. - ME
CNPJ/CPF: 21.218.410/0001-83
SP - São Paulo
Período de captação: 16/11/2016 a 31/12/2016
15 10866 - Andejes Farroupilhas
LUME ORGANIZACAO DE EVENTOS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 09.142.121/0001-42
RS - Encantado
Período de captação: 11/11/2016 a 31/12/2016~~

(ART.18)

~~ÁREA: 3 MÚSICA INSTRUMENTAL/ERUDITA~~

~~14 9547 - MEDIO PIRACICABA EM MOVIMENTO MUSICAL - 2ª EDIÇÃO
Fundação Comunitária Educacional e Cultural de João Monlevade~~

levade

~~CNPJ/CPF: 16.817.579/0001-10~~

~~MG - João Monlevade
Período de captação: 01/11/2016 a 31/12/2016
ÁREA: 6 HUMANIDADES - LIVROS DE VALOR ARTÍSTICO, LITERÁRIO OU HUMANÍSTICO (ART. 18)
14 14279 - Rota Gastronômica: os novos sabores de Teresina~~

resina

~~Antonio Rivanildo Feitosa da Silva~~

~~CNPJ/CPF: 763.331.673-04
PI - Teresina
Período de captação: 24/09/2016 a 31/12/2016
15 3738 - SEU AMBIENTE ARTE E CULTURA EM VI~~

TRINE

~~Daniel Al Makul~~

~~CNPJ/CPF: 143.334.858-60
SP - São Paulo
Período de captação: 11/11/2016 a 31/12/2016
15 9470 - Pelos Caminhos de Lapinha da Serra
Élcio Omar Dimiz Júnior
CNPJ/CPF: 057.155.526-80
MG - Itaúna
Período de captação: 05/11/2016 a 31/12/2016
15 2494 - Soldados da Borracha e a Amazônia Contem~~

porânea

~~Ricardo Pereira Martins~~

~~CNPJ/CPF: 284.811.768-00
SP - São José dos Campos
Período de captação: 11/11/2016 a 31/12/2016
14 3347 - Panthera Onca
TIJD Produções Artísticas Ltda.
CNPJ/CPF: 09.038.882/0001-59
SP - São Paulo
Período de captação: 11/11/2016 a 31/12/2016
16 1613 - A história da construção no Brasil
B&B Editora e Artes Gráficas Ltda
CNPJ/CPF: 02.571.178/0001-18
SP - São Paulo
Período de captação: 16/11/2016 a 31/12/2016
15 4435 - SOB O OLHAR DE PAIS E FILHOS
SALOMON'S WISDOM EDITORA E JOGOS EDUCATIVOS~~

~~CNPJ/CPF: 08.983.640/0001-70~~

~~SP - São Paulo
Período de captação: 12/11/2016 a 31/12/2016
13 10806 - FOSSEIS DA CHAPADA DO ARARIPE
Pró-imagem
CNPJ/CPF: 80.302.813/0001-75
PR - Curitiba
Período de captação: 01/10/2016 a 31/12/2016~~

ANEXO II

~~ÁREA: 3 MÚSICA EM GERAL (ART. 26)~~

~~15 8911 - FINALIZAÇÃO E CIRCULAÇÃO DO SHOW MUSICAL RECITAL PARA ARIANO SUASSUNA
Brincante Produções Artísticas Ltda
CNPJ/CPF: 73.155.491/0001-13
SP - São Paulo
Período de captação: 01/10/2016 a 31/12/2016~~

PORTARIA Nº 730, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2016

~~O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA SUBSTITUTO, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 541, de 27 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:~~

~~Art. 1º - Aprovar a redução de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.~~

~~Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.~~

ODECIR LUIZ PRATA DA COSTA

ANEXO

~~ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18, § 1º)~~

~~1414166 - Espetáculo Teatral A GAIOLA
Tres Ideias e Soluções Culturais
CNPJ/CPF: 11.661.520/0001-61
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Reduzido: R\$ 18.304,00
Valor total atual: R\$ 450.824,00
ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18, § 1º)
146046 - Livro Prosa e Poesia dos alunos do Sistema Divina Providência
ASSOCIACAO CULTURAL DIVINA PROVIDENCIA
CNPJ/CPF: 04.792.229/0001-67
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Reduzido: R\$ 10.026,57
Valor total atual: R\$ 179.709,78
1310158 - Um olhar além dos mercados brasileiros (nome provisório)
GM - Serviços Fotográficos Ltda. - ME
CNPJ/CPF: 05.082.876/0002-29
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Reduzido: R\$ 3.080,00
Valor total atual: R\$ 292.820,00~~

RETIFICAÇÃO

~~Na Portaria nº 1, de 04/01/2016, publicada no D.O.U. em 05/01/2016, Seção 1, referente ao Projeto Dom da Apresentação Espaço Vida terceira temporada - Pronac: 15 2452 Onde se lê: Prazo de captação: 01/01/2016 a 30/12/2016 Leia-se: Prazo de captação: 01/01/2016 a 31/12/2016~~

Ministério da Defesa

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 2.036/GM/MD, DE 13 DE OUTUBRO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no art. 40 da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, no art. 67 do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012, no inciso VI do art. 27 do Anexo I do Decreto nº 7.974, de 1º de abril de 2013, e considerando o que consta no Processo nº 60530.000127/2016-38, resolve:

Art. 1º Designar o Secretário de Organização Institucional do Ministério da Defesa para, nos termos do art. 40 da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação - LAI), exercer, no âmbito da administração central do Ministério da Defesa (MD), as seguintes atribuições:

I - assegurar o cumprimento das normas relativas ao acesso à informação, de forma eficiente e adequada aos objetivos da LAI;

II - avaliar e monitorar a execução do disposto na LAI e na sua regulamentação, bem como apresentar ao dirigente da Pasta relatório anual sobre o seu cumprimento, encaminhando-o ao Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle - Controladoria-Geral da União;

III - recomendar medidas indispensáveis à implementação e ao aperfeiçoamento das normas e procedimentos necessários ao correto cumprimento do disposto na LAI;

IV - orientar os órgãos do MD no que se refere ao cumprimento do disposto na LAI e seus regulamentos;



V - manifestar-se sobre reclamação apresentada contra omissão de autoridade competente, observado o disposto no art. 22 do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012; e

VI - assegurar, mediante o assessoramento do Departamento de Tecnologia da Informação (DEPTI) da Secretaria de Organização Institucional (SEORI) do MD, a publicação e a atualização do Plano de Dados Abertos, na forma do § 4º do art. 5º do Decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2016, mediante o exercício das seguintes atribuições:

- orientar as unidades sobre o cumprimento das normas referentes a dados abertos;
- assegurar o cumprimento das normas relativas à publicação de dados abertos, de forma eficiente e adequada;
- monitorar a implementação dos Planos de Dados Abertos;

d) apresentar relatórios periódicos sobre o cumprimento do Plano de Dados Abertos, com recomendações sobre as medidas indispensáveis à implementação e ao aperfeiçoamento da Política de Dados Abertos.

Art. 2º No exercício das atribuições de que trata esta Portaria, o Secretário de Organização Institucional articular-se-á com os órgãos integrantes da administração central do MD, dos Comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, da Escola Superior de Guerra e do Hospital das Forças Armadas.

Parágrafo único. O Departamento de Organização e Legislação da SEORI é o órgão de apoio à autoridade designada na forma desta Portaria, observado o disposto no inciso XII do art. 28 do Anexo I do Decreto nº 7.974, de 2013.

Art. 3º Os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, o Comandante da Escola Superior de Guerra e o Comandante Logístico do Hospital das Forças Armadas deverão manter atualizadas as designações, em ato próprio, das autoridades do art. 40 da LAI no âmbito de suas respectivas áreas de atuação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Fica revogada a Portaria nº 20/GAP/MD, de 11 de janeiro de 2016.

RAUL JUNGMANN

Ministério da Educação

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR

PORTARIA Nº 204, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2016

Dispõe sobre a criação do Programa de Fluxo Contínuo de Demandas Espontâneas ou Induzidas para seleção de propostas no âmbito da Capes e aprova o Regulamento do Programa.

O PRESIDENTE DA COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR - CAPES, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 26, Inciso III, do Anexo I, do Decreto nº 7.692, de 02 de março de 2012;

CONSIDERANDO a importância de atendimento às necessidades do desenvolvimento socioeconômico, tecnológico, científico, acadêmico e de inovação do país, resolve:

Art. 1º Instituir o Programa de Fluxo Contínuo de Demandas Espontâneas ou Induzidas para seleção de propostas estratégicas em educação, ciência, tecnologia e inovação que não sejam abrangidas no escopo dos editais e chamadas públicas vigentes da Capes e aprovar o Regulamento do Programa.

Art. 2º Para os fins do estabelecido nesta Portaria, considera-se:

I - demandas espontâneas: aquelas apresentadas espontaneamente pela comunidade científica e acadêmica, conforme suas necessidades específicas;

II - demandas induzidas: aquelas que refletem as prioridades do Estado em termos de políticas públicas, de modo que a Administração define as áreas prioritárias, tanto em termos de áreas de conhecimento como em termos de setores econômicos e sociais, e constituem instrumentos da ação estatal para a mobilização da comunidade científica, conforme o interesse público;

Art. 3º O Programa tem como objetivo:

- financiar propostas excepcionais e estratégicas, e conceder bolsas para atendimento às áreas de conhecimento de natureza essencial e prioritária para o país por meio de demandas induzidas ou espontâneas;
- financiar propostas não contempladas pelos editais específicos da Capes, conforme interesse público e que contribuam para o desenvolvimento socioeconômico, tecnológico, científico, e de pesquisa.

Art. 4º O Regulamento em anexo disporá sobre os critérios e procedimentos para submissão das propostas, benefícios, prazos e demais regras aplicáveis no âmbito do Programa.

Art. 5º O Anexo I desta Portaria estará disponível na página da Capes (www.capes.gov.br)

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ABLILO A. BAETA NEVES

ANEXO

Regulamento do Programa de Fluxo Contínuo de Demandas Espontâneas ou Induzidas

Art. 1º O presente regulamento define o fluxo da análise das propostas recebidas, condições para sua aprovação e implementação, bem como a forma de prestação de contas dos recursos concedidos.

Art. 2º O Programa de Fluxo Contínuo de Demandas Espontâneas ou Induzidas destina-se ao financiamento de propostas em Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação, de modo a possibilitar o apoio a projetos, concessão de bolsas ou atendimento a demandas que não se enquadram no escopo dos demais editais e chamadas públicas vigentes da Capes.

Art. 3º O Programa, em seu módulo de demanda espontânea, tem o objetivo de permitir que os proponentes apresentem propostas por livre iniciativa em todas as áreas do conhecimento nos moldes de fluxo contínuo.

Parágrafo único. O prazo para análise das propostas recebidas em fluxo contínuo é de até 6 (seis) meses contados do recebimento da proposta.

Art. 4º O Programa, em seu módulo de demandas induzidas, tem o objetivo de permitir à Capes induzir a comunidade científica a apresentar projetos de interesse social, econômico, estratégico ou de relevância pública, por meio de chamada específica onde serão definidos os requisitos mínimos para submissão das propostas.

Art. 5º As propostas poderão ser apresentadas por meio da plataforma eletrônica da Capes.

Art. 6º A concessão de financiamento dos projetos aprovados depende da disponibilidade orçamentária e financeira da Capes, observado o Orçamento Federal.

Parágrafo único. A aprovação do mérito técnico científico do projeto confere ao proponente expectativa de direito à contratação, que somente será confirmada após a verificação pela Diretoria Executiva da efetiva disponibilidade orçamentária e financeira no exercício em curso e de eventuais parcelas nos exercícios seguintes.

Art. 7º São itens financiáveis:

- missão de trabalho (viagens de curta duração);
- missão de estudos (bolsas vinculadas a projeto);
- recursos de custeio;
- recursos de capital;
- bolsas no Brasil e no exterior.

§ 1º Poderão ser contempladas as modalidades de bolsas previstas nos instrumentos normativos da Capes.

§ 2º A concessão de bolsa estará condicionada à assinatura de Termo de Compromisso de bolsista e obedecerá ao disposto nas demais normas da Capes aplicáveis à modalidade respectiva.

§ 3º A concessão de recursos de custeio e de capital estará condicionada ao atendimento das exigências contidas nas demais normas da Capes e normas federais que regem a matéria e obedecerá o disposto na Capes relativos a auxílio financeiro à pesquisa.

Art. 8º As propostas apresentadas no âmbito do Programa deverão observar elementos mínimos e obrigatórios:

- título;
- resumo;
- objetivos a serem alcançados;
- resultados esperados;
- cronograma de atividades;
- previsão orçamentária;
- plano de trabalho.

Art. 9º As atividades previstas na proposta deverão observar as regras existentes da Capes, conforme a natureza do fomento.

Art. 10 Entende-se por proponente pesquisador, docente, profissional ou estudante atuante em quaisquer áreas da ciência, tecnologia, inovação, educação ou cultura.

Parágrafo único. O proponente deverá apresentar declaração sobre projetos em andamento financiados pela Capes sob sua ordenação, quando for o caso, indicando data de início e término e valor da concessão.

Art. 11 Será aceita uma única proposta por proponente.

§ 1º Caso o proponente tenha uma proposta aprovada, não poderá participar de nova seleção até a conclusão da atividade vigente.

§ 2º O trâmite de avaliação de uma proposta inviabilizará a análise de novas propostas submetidas pelo mesmo proponente.

Art. 12 O processo seletivo das propostas compreenderá:

- análise técnica documental;
- análise de mérito por parte de consultor especialista;
- Aprovação e homologação da proposta pela Diretoria Executiva da Capes.

Art. 13. A análise técnica documental e de enquadramento será realizada pela equipe responsável na Capes.

Art. 14. A análise de mérito da proposta levará em consideração tanto os aspectos de viabilidade técnico-científica da proposta quanto o interesse público e os benefícios esperados para a sociedade brasileira.

Art. 15. O resultado preliminar do julgamento da proposta será comunicado diretamente ao proponente divulgado na página do Programa, no site da Capes na internet.

Art. 16 O resultado definitivo do julgamento da proposta será comunicado diretamente ao proponente divulgado na página do Programa, no site da Capes na internet.

Art. 17 Caberá recurso das propostas indeferidas no prazo de até 10 dias corridos contados da notificação do indeferimento.

Art. 18 As propostas aprovadas terão duração de até 24 meses, contados da data fixada para o início da vigência das atividades, podendo ser prorrogado por igual período após avaliação e aprovação da Capes.

Parágrafo único. As solicitações de prorrogação deverão ser apresentadas com, pelo menos, 90 dias de antes do término da vigência do período de concessão.

Art. 19 A partir do início da concessão o beneficiário deverá apresentar, nos prazos que lhe forem determinados, informações documentais referentes ao desenvolvimento e à conclusão da proposta aprovada.

Art. 20 O proponente que tiver sua proposta aprovada e obtiver os benefícios ou financiamentos da Capes deverá observar as regras referentes às bolsas, aos projetos e aos demais tipos de benefícios regulamentados pela Capes, conforme a natureza da sua proposta.

Art. 21 A equipe da Capes poderá, a qualquer momento:

- Solicitar apresentação de qualquer documento que considerar pertinente;
- visitar os locais de sua execução;
- visitar os bens adquiridos.

Art. 22 A Capes utilizará instrumentos de acompanhamento e avaliação parcial e final das atividades com base nos critérios abaixo:

- coerência entre os objetivos, metas e resultados previstos e realizados;
- cumprimento do cronograma previsto;
- aquisição dos equipamentos e material de consumo previstos; e
- menção do apoio da CAPES em publicações, divulgação de eventos e outros materiais produzidos.

Parágrafo único. O relatório técnico final, com detalhamento de todas as atividades desenvolvidas na fase de organização e execução e o registro de todas as ocorrências que afetaram o seu desenvolvimento, deverá ser feito conforme formulário disponível no site da Capes e entregue juntamente com a prestação de contas financeira.

Art. 23 O beneficiário deverá apresentar a Prestação de Contas em conformidade com as normas da Capes conforme o tipo de fomento.

Art. 24 Toda divulgação e publicação resultante das atividades apoiadas deverão citar, obrigatoriamente, o apoio da Capes.

Art. 25 A proposta poderá ser cancelada pela Capes durante sua vigência caso ocorra fato irregular ou ilegal que justifique o referido cancelamento, sem prejuízo de outras providências cabíveis.

Art. 26 É de exclusiva responsabilidade de cada proponente adotar todas as providências que envolvam permissões e autorizações especiais de caráter ético ou legal, necessárias para a execução do projeto, ficando sob sua guarda os comprovantes dessas autorizações.

Art. 27 Qualquer alteração relativa à execução da proposta deverá ser solicitada previamente à Capes pelo proponente com a devida justificativa via ofício para análise e posterior decisão.

Art. 28 É vedada a utilização dos recursos para despesas não previstas e aprovadas no Plano de Trabalho.

Parágrafo único. O remanejamento de recursos que modifiquem em parte ou por inteiro o plano de trabalho aprovado, somente poderá ser efetuado após prévia solicitação e aprovação pela Capes.

Art. 29 A existência de alguma inadimplência do proponente com a Administração Pública Federal, direta ou indireta, constituirá fator impeditivo para a contratação da proposta.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ CAMPUS MINISTRO REIS VELLOSO

PORTARIA Nº 117, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2016

O Diretor de Campus Ministro Reis Velloso, da Universidade Federal do Piauí, no uso de suas atribuições legais e, considerando: o edital nº 09/2016 Campus Ministro Reis Velloso, de 24 de outubro de 2016, publicado no D.O.U. De 28/10/2016; O Processo nº 23111.024203/2016 13e as Leis: nºs 8.745/93; 9.849/99; e 10.667/03, publicadas em 10/12/93; 27/10/99 e 15/05/03, respectivamente; resolve:

Homologar o resultado final do Processo Seletivo, para a contratação de Professor substituto, Classe Auxiliar, Nível I, em regime de Tempo Integral - TI 40, com lotação no Curso de Ciências Biológicas do "CMRV", na cidade de Parnaíba/PI, da forma como segue: Habilitando os candidatos: THIAGO DE SOUZA LOPES ARAÚJO (1º colocado); TEREZA CRISTINA DE CARVALHO SOUZA GARCÊS (2º colocada) e JÉSSICA DO AMARAL RODRIGUES (3º colocado), classificando o primeiro para contratação.

ALEXANDRO MARINHO OLIVEIRA

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

PORTARIA Nº 2.033, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2016

A Reitora da Universidade Federal de São Carlos, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, resolve:

Art. 1º Criar a Diretoria do Campus Lagoa do Sino, com a sigla DCamp-LS, vinculado à Reitoria. Art. 2º Atribuir ao Diretor uma CD nível 4.

WANDA APARECKDA MACHADO
HOFFMANN